

MARX E A BOLSA DE VALORES: ESBOÇO DE UMA CONSIDERAÇÃO INTRODUTÓRIA

Gustavo Ferreira	Universidade Federal do Ceará (UFC) e-mail: PROFESSORGUSTAVOFERREIRA@HOTMAIL.COM.BR
-------------------------	--

Resumo	<p>O presente escrito visa apresentar alguns pontos centrais da tese crítica de Marx acerca do capital especulativo. Apresentando alguns conceitos e explicações introdutórias acerca do capital especulativo desde o seu nascedouro, com ênfase na Bolsa de Valores/Sociedade por ações até o ponto fulcral da crise sob o ponto de vista de considerações marxianas, mostra-se aqui, na sequência, algumas das principais considerações de Marx acerca desse tema e, não obstante, se explicita aqui como o capital especulativo se estrutura através da emancipação da circulação enquanto capital fictício. Vale frisar que o presente escrito apresenta considerações introdutórias à tese marxiana acerca do capital especulativo/Bolsa de valores. O capital fictício, que passa a ter visibilidade a partir do capital especulativo, parece passar a gerir a totalidade do capital no interim do modo de produção capitalista, o mesmo não aparenta estabelecer relação direta com as formas de produção concretas que agregam valor ao capital, fantasmagoricamente sugerindo-se como se adviesse do nada, mesmo sendo algo, e não nada. Demonstra-se aqui que o capital fictício não somente é codependente da produção como, também, o mesmo é móvel de crises e cumpre aquela que é, segundo Marx, talvez a principal tendência do capital, a saber, a centralização da riqueza. Demonstrado isso, conclui-se que a natureza do capital é a crise e que o capital especulativo é um de seus principais móveis desde a época da elaboração das considerações marxianas até o presente momento.</p>
---------------	---

Palavras-chave	Capital Especulativo. Capital Fictício. Marx. Crises. Capitalismo.
-----------------------	--

MARX AND THE STOCK EXCHANGE: OUTLINE OF AN INTRODUCTORY CONSIDERATION

Abstract	<p>This paper aims to present some central points of Marx's critical thesis about speculative capital. Presenting some concepts and introductory explanations about speculative capital since its inception, with an emphasis on the Stock Exchange/Stock Company up to the crux of the crisis from the point of view of Marxian considerations, it is shown here, in sequence, some of the Marx's main considerations on this theme and, nevertheless, it is explained here how speculative capital is structured through the emancipation of circulation as fictitious capital. It is worth noting that this paper presents introductory considerations to the Marxian</p>
-----------------	--

thesis about speculative capital/stock exchange. The fictitious capital, which becomes visible from the speculative capital, seems to manage the totality of capital within the capitalist mode of production, it does not seem to establish a direct relationship with the concrete forms of production that add value to capital, phantasmagorically suggesting itself as if it came from nothing, even though it is something and not nothing. It is shown here that fictitious capital is not only codependent on production, but also that it is a mobile of crises and fulfills what is, according to Marx, perhaps the main tendency of capital, namely, the centralization of wealth. Having demonstrated this, it is concluded that the nature of capital is the crisis and that speculative capital is one of its main mobiles from the time of elaboration of Marxian considerations until the present moment.

Keywords: Speculative Capital. Fictitious Capital. Marx. Crises. Capitalism.

	Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/	Submetido em 01/10/2021 Aprovado em 27/10/2021 Publicado em 10/03/2022
---	---	--

1 INVESTIMENTOS: BURGUESIA E CAPITALISMO

Desde a Revolução Francesa, com a subsequente queda das aristocracias por quase todo o território europeu devido às consequências de tal evento, os métodos de garantir fortuna passaram a sofrer significativas alterações. A Revolução Francesa pariu o espetacular século XIX. Neste, com a luta por liberdade, igualdade e fraternidade se plasmando – para falar como Hegel – no espírito do mundo, era inevitável a derrocada de um dos principais adversários daqueles que engendraram tal Revolução, a saber, a classe aristocrática. Eric Hobsbawm, em *O longo século XIX*, chama atenção em mais de um momento para o fato de que as revoluções se espalhavam em toda a Europa como fogo sobre o feno. Eis o espírito do tempo, para falar novamente como Hegel.

A classe aristocrática fora uma classe “garantida” em termos econômicos. Os títulos e direitos de posse que os nobres detinham desde o nascimento ou através da concessão de um título dado pelo soberano, garantia a eles estabilidade econômica, sustento, serviços e privilégios pelo resto de suas vidas. Logo, a questão do sustento e do enriquecimento não era pauta fundamental em seus interesses. E, como estes compunham o poderio enquanto classe dominante, era naturalmente de se esperar que questões relativas a ampliações de negócios ou garantia do

sustento para o indivíduo e sua família, não compusessem o escopo das principais questões sociais da época.

No entanto, o desalento da maior parte da população estava começando a tomar ares de importância. A alta no preço do pão, lembremos, foi uma das molas propulsoras que gerou a Revolução Francesa. Logo, o sentimento que tomava a frase de Jean Meslier em *Extrait de sentiments*, que dizia que o homem só seria livre quando o último rei fosse enforcado nas tripas do último padre, estava a tomar o coração de populações inteiras. Bem, o que ocorreu em tal evento, nós há muito já sabemos, os mais variados manuais de história nos contam. Mas uma das consequências, como acima aludido, com a queda da aristocracia, fora a ascensão da classe burguesa. A classe burguesa surge no final da Idade Média como classe propriamente dita, a classe dos comerciantes propriamente falando, os comerciantes dos *burgos*. Mas tal classe só se estabelece ao ponto de fincar-se como pilar da sociedade a partir do último terço do século XVII. No entanto, diz Marx, “(...) sua implementação em escala nacional só foi tentada um século mais tarde, na revolução burguesa dos franceses.” (MARX, 2013, p.163) Marx considerava a Revolução Francesa uma revolução burguesa, ele explica amplamente tal concepção em *A questão judaica*. E com razão, é difícil conceber que pessoas que mal conseguiam ter o suficiente para o consumo de pão conseguissem levar canhões às portas da Bastilha, como nos narram, acerca de tal ocorrido, os historiadores estudiosos do primeiro ato da Revolução Francesa. A Revolução Francesa foi uma virada, um daqueles momentos históricos que demarcam o início de um novo poderio. E tal poderio, agora, se estabelecia nas mãos da classe burguesa, o novo modelo de homem, cidadão e, principalmente, as novas formas de conduzir as questões acerca das condições materiais da vida, seriam pautados pela valoração de mundo burguesa.

E a classe burguesa, diferentemente da classe aristocrática, se preocupava em demasia com a garantia do pão de cada dia e com a ampliação de seus negócios. A classe burguesa vem do mesmo lugar que o restante da plebe, logo, preocupar-se em manter o que tem e adquirir mais para, de início, garantir que nunca se caia na ruína e, em seguida, poder gozar do luxo e conforto que o mundo pode oferecer à custa do dinheiro, torna-se uma preocupação fundamental do tempo em que tal classe assume o poder como classe dominante. E como fazer isso? Bem, a primeira e mais acertada resposta demarca o início do Capitalismo (ou modo de produção capitalista), a saber,



através da expropriação e da exploração de mão de obra. Esse método não é uma invenção burguesa, isso se dá desde os primórdios da história humana civilizada. O Capitalismo, como herdeiro do feudalismo¹, aplica isso como principal prática desde o seu início na Itália, a partir do século XV.² No entanto, essa prática se torna legitimada sob os moldes do direito republicano, das liberdades individuais e do discurso de igualdade, herdados da ideologia da revolução supracitada.

Entretanto, para além de tais práticas nefastas que se plasmam na legalidade e moralidade do período vigente, com os bancos e o aumento cada vez maior de seu poderio financeiro, as práticas de asseguramento e ampliação da riqueza, posse e/ou sustento, se tornam cada vez mais sofisticadas. Os bancos representam um marco. Sua história de enriquecimento, ligada ao financiamento das guerras dos monarcas e, posteriormente à agiotagem legalizada, desde a fundação do Banco da Inglaterra, em 1694 – o qual emprestava dinheiro a juros de 8%, no século de sua fundação –, iniciou-se um deslanche rumo à bancocracia.

Porém, os investimentos relativos aos bancos se tornaram, para os homens gananciosos mais espertos, enfadonhos e extremamente limitados, apesar de seguros. Mas segurança nunca foi o lema do Capitalismo e, menos ainda, da classe que perfaz-se como seu motor, a burguesia. E é assim que surgem outras formas paralelas de fazer com que o dinheiro, riqueza, patrimônio etc., seja, por um lado, garantido e, por outro, ampliado. Refiro-me às demais práticas e formas de investimento que surgem neste período, o século XIX, e se arrastam e multiplicam até o nosso tempo, como, por exemplo e talvez a mais famosa: a Bolsa de Valores.

Para tentar garantir ou, melhor dizendo, reter o que já se tem ou conquistou, não é preciso muito, os próprios bancos, como já dito, ajudam com isso. Pode-se até mesmo adotar a velha prática de guardar dinheiro “no colchão”. No entanto, um fenômeno econômico inevitável chamado inflação, torna possível, com o passar do tempo, a desvalorização do dinheiro, logo, o valor que o indivíduo “guardou no colchão”, após cinco, dez ou vinte anos, pode valer, digamos, por exemplo, 15, 20 ou 30% a menos do que valia na época que tal dinheiro fora guardado. O banco corrige isso, faz a reparação e atualiza, através da Caderneta de Poupança, o valor do seu dinheiro de acordo

¹ Cf. MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Editora Boi e Tempo. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. 2013. Pp. 786-787.

² Cf. MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Editora Boi e Tempo. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. 2013. Pp. 788.



com a inflação. Logo, o banco se torna uma opção mais viável. No entanto, o juro de rendimento do seu dinheiro na Caderneta de Poupança é baixíssimo, quando você resolve obter em mãos esse dinheiro novamente, percebe que tê-lo deixado nas mãos do banco rendeu muito para o banco e quase nada para você, já que ele se utilizou daquele dinheiro para fazer outros empréstimos e financiamentos, garantindo que tal dinheiro rendesse mais dinheiro para ele, mas se comprometendo a pagar um baixíssimo rendimento fixo ao mês/ano a você. E é desse modo que surgem formas de investimento mais sofisticadas, complexas e audaciosas. São essas novas formas de investimento que diferenciam o capitalista do entesourador,³ ou, como se costuma chamar atualmente nos meios onde se discute investimentos, onde se diferencia o investidor do poupador. O poupador ou entesourador se satisfará – quiçá, temporariamente – com o a Caderneta de Poupança ou, até mesmo, com o colchão. O capitalista e/ou o investidor, com certeza não.

O homem que assume-se como capitalista, investidor ou, simplesmente, alguém que se submerge, inevitavelmente, no interior da lógica do modo de produção capitalista, logo perceberá que seu dinheiro, fruto do seu suor e/ou economias e sustento e futuro de sua família, estará provavelmente melhor aplicado na forma de investimentos outros do que na forma de poupança. Atualmente, por exemplo, a Caderneta de Poupança rende menos de 1,4% ao ano⁴. Mas, em termos de liquidez, o rendimento real da Caderneta de Poupança é de aproximadamente 0,9% ao ano, enquanto que em formas de investimento consideradas mais conservadoras, como o Tesouro Direto, o rendimento (líquido) é de aproximadamente 1,08% ao ano. Este dado é atual, basta consultar qualquer site especializado em investimentos ou a página oficial da Ibovespa para constatar. E no período em que tal forma de desenvolvimento do modo de produção capitalista estava a ser germinada, não fora tão diferente. O investimento em ações, como constataremos mais a frente, se constituía como um negócio mais rentável para fazer o seu capital produzir mais capital do que simplesmente juntar, guardar ou poupar dinheiro. Quanto à questão da segurança, bem, há um ditado popular no meio dos que discutem e trabalham com o mercado de investimentos, que é:

³ C.f.: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Editora Boi e Tempo. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. 2013. P. 229. E, também, MARX, Karl. *Grundrisse*. Editora Boi e Tempo. Trad. de Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro. 2011. P. 380.

⁴ A grande maioria dos exemplos que serão apontados aqui dizem respeito, principalmente, ao contexto brasileiro. Isso por acreditarmos que o acesso a tais dados e a tal realidade facilitará a compreensão do leitor, o que é do nosso interesse, já que o presente escrito se pretende como uma consideração introdutória.

quando maior o risco, mais alto o ganho. E, evidentemente, o inverso também. Logo, aquele que, de modo demasiadamente apegado ao seu dinheiro, capital, patrimônio, etc., temendo perdê-lo devido aos riscos do investimento, que são contrários à segurança da poupança, não tardará em questionar a possibilidade de investir. Porém, o modo de produção capitalista é engenhoso e cria, no seu interior, formas de sedução que assumem a aparência de segurança; quando Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, disseram que o Estado é o comitê organizado da burguesia, eles, mui lucidamente, perceberam as artimanhas do Capital infiltrado até a medula, no interior do Estado. E uma dessas artimanhas fora o que se convencionou chamar de investimentos tradicionais (ou conservadores).

Um bom exemplo do que se costuma chamar de investimento tradicional são os Títulos do Tesouro Nacional emitidos pelos governos. Ao que parece, essa prática data do final do século XVIII. Aqui no Brasil, chamamos esta emissão de título de Tesouro Direto. O Tesouro Direto (ou Tesouro Selic) é um programa nacional de investimentos, que fora criado, no Brasil, em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, que realiza a venda de tais títulos. Esses títulos, aqui, como em outros lugares do mundo, fora criado com o intuito de captar recursos para o financiamento da dívida pública e para poder provisionar investimentos em atividades essenciais como saúde, educação, segurança, que são da incumbência do Governo Federal. Noutras palavras, ao “comprar” papéis da dívida pública, você está praticamente emprestando dinheiro para o seu Governo para que, ao fim do contrato, ele lhe devolva o que você investiu com o acréscimo da somatória do juros. No ano de 2014, por exemplo, a taxa de juros Selic estava em 11% ao ano. Deste modo, quem obtivera um contrato com liquidez prevista em um ano em 2013, ao ter invertido, por exemplo, cinco mil reais, em 2014 iria receber, ao fim do contrato, cinco mil quinhentos e cinquenta reais. Um rendimento bem superior ao da Caderneta de Poupança, com certeza e, com baixíssimo risco, já que você obtém uma garantia expressa não de uma pequena, média ou grande empresa, mas do próprio Governo Federal. Por isso esse investimento é considerado tradicional ou conservador.

No entanto, a máxima de que quanto maior o risco, maior a possibilidade de lucro, é ainda mais sedutora. E o ditado romano proferido por Vigílio na parte III de sua *Eneida*: “Auri sacra

fames”⁵, se torna lei no interior do modo de produção capitalista. As empresas que, no século XIX passavam a ter grande crescimento e, portanto, tendiam a expandir-se ainda mais, precisavam de investimentos externos para não comprometerem seu atual lucro e propriedade em uma eventual expansão que pudesse vir a fracassar. E, para não recorrer a empréstimos bancários, tais empresas criaram um mecanismo chamado participação por ações⁶. Esse mecanismo revolucionou o *status* da coisa, tornando possível que quem não era dono de uma grande empresa, ao investir nela, comprando papéis de suas ações, pudesse obter parte dela ou, ao menos, de seus lucros e dividendos. Desse modo, as grandes indústrias, ao tentarem se expandir, não recorriam a empréstimos bancários com juros deficitários e que enriqueceriam ainda mais os bancos, estes sendo, às vezes, seus concorrentes. No lugar disso, essas indústrias captavam o dinheiro necessário através da venda de ações. Uma ação é literalmente o direito por sobre uma pequena parcela da empresa em termos de rendimento. E, na qualidade de dono de uma pequena parte mas não sendo o proprietário da empresa, você se torna um sócio, ao comprar tais ações. Desse modo, assume os riscos, e são aqui compartilhadas perdas e ganhos, de acordo com o seu investimento. Para se ter uma ideia, de um ponto de vista local, por exemplo: basta acessar o site do Índice Ibovespa para constatar que do ano de 2002 até 2008, o mercado de ações no Brasil apresentou uma rentabilidade acima de 400%. E, na época de mega aceleração do capital, a saber, o século XIX, logo se criaram associações para gerir a venda e compra de papéis de ações e títulos públicos.

Com isso surgiu o assim chamado Mercado de Ações e investimentos como um todo, ou, dizendo de outro modo, o Capital Especulativo. O surgimento de tal mercado trouxe consigo uma nova forma de exploradores ou abutres monetários, a saber, os especuladores. Estes não são propriamente investidores. Tal como os investidores, eles compram e vendem ações etc., no entanto, o investidor faz a aplicação do seu dinheiro para vê-lo render e, no futuro, obter algum lucro. O especulador não, ele vive da compra e venda de ações. Os papéis (ou ações) de cada empresa são valorizados ou desvalorizados constantemente de acordo com uma série de fatores (o andamento da empresa, direção, produção, gastos, a situação econômica do país em que a mesma se encontra, as perspectivas de crescimento e PIB, a necessidade de mão de obra excedente ou

⁵ Na linguagem hodierna, traduziríamos por: “A fome cega por dinheiro.”

⁶ Hodiernamente conhecido como *capital aberto*.



especializada, e, de maneira especulativa ao extremo, o número de procura na forma de oferta e demanda pelos papéis de cada empresa). Cria-se um mercado do mercado, um mercado que vende o valor especulativo da empresa que está vendendo algum produto ou serviço no mercado-comércio.

Quando as ações se valorizam demais, porém, com as chances de caírem futuramente, os especuladores vendem, quando as ações de uma empresa se desvalorizam demais ao ponto de não valerem quase nada, os especuladores compram para, futuramente, revendê-las. Esse “trabalho” pressupõe previsibilidade. Mas como? São videntes, estes senhores? Pressupõe previsibilidade, contudo, também pressupõe, às vezes, tráfico de informação, informação privilegiada, tráfico de influência, persuasão para comprar de quem não quer vender e para convencer quem não quer comprar a querer comprar etc. O “equilíbrio” do Mercado fica constantemente sob a ameaça da instabilidade da especulação.

Consequentemente, acerca do mercado especulativo, mercado de investimentos, ações etc., criou-se uma verdadeira atividade a parte, um mundo dentro do mundo, já que este mercado é o mercado que negocia o valor das empresas que estão vendendo produtos no mercado. Uma espécie de virtualidade frente à realidade. Mas um virtual tão efetivo quanto o real. Uma literatura imensa fora criada, com verdadeiras bíblias de investimento, como *O investidor inteligente* de Benjamin Graham, ou *O jeito Warren Buffet de investir*, de Robert Hagstrom, ou, aqui no Brasil, *Faça fortuna com ações*, de Décio Bazin, entre outros. Criou-se associações, fóruns de investimento, diversas agências especializadas em investimentos, cursos para *trade* (ou especuladores do mercado), os índices de investimento passaram a ser noticiados nos jornais locais e internacionais, impressos e, posteriormente, televisivos e etc. O modo de produção capitalista assumiu uma nova, mais complexa e assustadora faceta, criando um terceiro braço chamado mercado especulativo.

2 O PONTO DE VISTA MARXIANO

Em seu estudo acerca da evolução da sociedade no que diz respeito ao mercado e ascensão da classe burguesa, Marx não tarda em notar que uma das últimas e mais sofisticadas formas da



sociedade burguesa é a sociedade por ações.⁷ Na economia, o mercado aparece primeiramente como determinação abstrata, mas que depois passa a assumir determinações totais:

De início, o *mercado de dinheiro*. Este engloba o mercado de cambio; o mercado de empréstimos em geral; logo, comércio de dinheiro, mercado de metais preciosos. Como *mercado de empréstimos de dinheiro*, aparece tanto nos bancos, por exemplo, nos descontos que efetuam: mercados de empréstimos, corretores de empréstimos etc.; mas, além disso, também como *mercado de todos os títulos portadores de juros*: fundos do Estado e mercado de ações. Os últimos se dividem em grupos maiores. Em primeiro lugar, as *ações* dos próprios *institutos monetários*; ações de bancos; ações de bancos de capital aberto, *ações dos meios de comunicação* (*estradas de ferro* como as mais importantes; ações de *canais*; ações de navegação a vapor, ações de telégrafos, ações de ônibus); ações de empresas industriais em geral (*ações de empresa de mineração*, as principais). Em seguida, para o suprimento de elementos gerais (ações de *gás*, ações de companhia para o abastecimento de água). *Variedade* aos milhares. Para *estocagem das mercadorias*, (ações de docas etc.) *Variedade* tendendo ao infinito, como as empresas industriais por ações ou companhias comerciais. Finalmente, como garantia do todo, *ações de seguro* de todos os tipos. (MARX, 2011, p.219).

Na citação acima, vemos Marx esclarecer a febre mercadológica que toma o momento vigente na forma de mercado de ações, estas, em sua ascensão, situam um novo patamar mercadológico da era moderna, o mercado de ações passa a centralizar o recém surgido capital especulativo e mostra-se como uma tendência fundamental dos demais mercados. Marx nos ensina que o capital, muito para além do processo de produção simples, tende para o processo de autovalorização. E autovalorização inclui: "(...) tanto conservação do valor pressuposto quanto sua multiplicação." (MARX, 2011, p.243) E o motor abstrato de tal autovalorização reside, para além da exploração objetiva do homem pelo homem, a partir da fundação mercadológica do capital especulativo, no mercado de ações. O ciclo do mercado, num primeiro momento, parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo (seu fim último, simplória e reconhecidamente: valor de uso). É o esquema M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), que Marx apresenta para demonstrar que inicialmente, em termos de relação de mercado, mas numa relação posterior ao mero escambo, produz-se mercadorias para vendê-las e se poder obter dinheiro para, com tal dinheiro, se poder comprar outras mercadorias. É o dinheiro ainda não tomado pela forma de capital, o dinheiro como representação (abstrata) universal da mercadoria, como tantas vezes alude Marx no *Grundrisse* e

⁷ Cf.: MARX, Karl. *Grundrisse*. Editora Boi e Tempo. Trad. de Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro. 2011. P. 61.



n' *O Capital*. A satisfação das necessidades é, assim, seu fim último, o seu valor de uso, sua efetivação.

Na evolução da coisa, a relação torna-se inversa, e é onde se nos apresenta o esquema D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro). É onde o comércio parece tomar certa autonomia em digressão ao dinheiro, como se o fim último fosse o dinheiro e sua acumulação. Quando a circulação no interim do comércio toma esse rumo, ao contrário, passa a se partir do extremo dinheiro obtido e se retorna ao mesmo extremo, onde: "Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca." (MARX, 2013. p.226) Assim, a forma mais característica da circulação passa a ser a troca de dinheiro por dinheiro (D-D), a mercadoria passando a ser a representação em prol da obtenção e enriquecimento monetário.

E nesse imbróglio, o capitalista encontra a forma de fazer dinheiro sem fazer nada:

É possível que o capitalista, instruído pela economia vulgar, diga que adiantou seu dinheiro. Mas o caminho para o inferno é pavimentado com boas intenções, e sua intenção poderia ser, igualmente, a de fazer dinheiro sem produzir nada.

Pois:

Assim, por exemplo, entre 1844 e 1847 ele retirou parte do seu capital do setor produtivo a fim de especular em ações ferroviárias. Do mesmo modo, durante a guerra civil americana, ele fechou sua fábrica e abandonou seus operários à indigência a fim de especular em ações de algodão em Liverpool. (MARX, 2013. p.268)

E é assim que surge uma nova classe de poderio econômico (os capitalistas acionistas) no interior de uma classe ascendente e dominante (a classe burguesa). Aqui, o esquema social se remonta às formas plutocráticas, mas agora, fundamentalmente, monetárias: "Na sociedade moderna, esse poder dos reis asiáticos e egípcios ou teocratas etruscos etc. migrou para o capitalista, quer ele se apresente como capitalista isolado, quer, como nas sociedades por ações, como capitalista combinado." (MARX, 2013. p.409)

E, como para Marx a crise é algo inerente ao próprio capitalismo, tendo sua origem em especial na luta de classes, não se pode negligenciar a possibilidade massiva de esse novo mobile do mercado ser também um dos mais novos e fundamentais motores produtores de crise.⁸ O grande

⁸ A noção de crise nos remete, comumente, a uma anomalia interna em um determinado sistema, porém, nem sempre a origem de tal anomalia, o que a faz colapsar etc., é de origem externa. No caso das crises monetárias, ao que parece,

protagonista das crises é encontrado no capital monetário, a saber, bancos, bolsa de valores e finança.⁹ E os próprios investidores da bolsa e especuladores sabem disso, não é à toa que:

Em qualquer manobra ardilosa no mercado acionário, ninguém ignora que uma hora ou outra a tempestade chegará, mas cada um espera que o raio atinja a cabeça do próximo, depois de ele próprio ter colhido a chuva de ouro e guardado em segurança. *Depois de mim, o dilúvio!* É o lema de todo capitalista e de toda nação capitalista. (MARX, 2013, P. 342)

Mas porque essas crises? Entre outras coisas, mas fundamentalmente: devido ao capital fictício. Chamamos essa forma de capital de capital fictício exatamente porque o mesmo perde relação com a produção real, concreta, em que o valor é produzido, gerado e ampliado de forma a reproduzi-lo, como um valor que se valoriza. O capital fictício faz frente ao capital real, opõe-no, segundo Marx. Mas de maneira distinta do crédito bancário, que é constituído por capital dinheiro de empréstimo ou capital portador de juros.¹⁰ O capital real é gerado no processo de produção, por meio da força de trabalho explorada, gerando mais valor e garantindo sua própria expansão. Em contrapartida, o capital fictício, se desenvolve a partir dos sistemas de crédito ou, especificamente, quando estes perdem sua relação com a produção real.

O dinheiro, na medida em que o mesmo passa a ter existência autônoma no mercado (o esquema D-M-D, supracitado), convertendo-se em capital, tende a se valorizar, vir-a-ser capital:

Mas a existência autônoma ilusória do dinheiro é abolida; ele existe tão somente para se valorizar; isto é, para devir capital. Todavia, para devir capital, teria de ser de novo trocado pelos momentos do processo de produção, meios de subsistência para os trabalhadores, matéria-prima e instrumentos; todos esses momentos resolvem-se em trabalho objetivado, só podem ser postos pelo trabalho vivo. O *dinheiro*, na medida em que já existe agora *em si* como capital, é por essa razão simples *título sobre o trabalho futuro* (novo). Objetivamente, ele existe somente como dinheiro. O valor excedente, o aumento do *trabalho objetivado*, tanto quanto ele existe para si, é *dinheiro*; mas o dinheiro agora já é *em si* capital; enquanto tal, *título sobre o trabalho novo*. Aqui, o capital não entra em relação só com o trabalho existente; mas com o trabalho futuro. Ele também não parece mais dissolvido em seus elementos simples no processo de produção, mas aparece nele como dinheiro; contudo, não mais como dinheiro, que é simplesmente a forma abstrata da riqueza universal, mas como título sobre a possibilidade real

o colapso é de origem puramente interna. Marx: “A função do dinheiro como meio de pagamento traz em si uma contradição direta. Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como moeda de conta ou medida dos valores. Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição emerge no momento das crises de produção e de comércio, conhecidas como crises monetárias.” (MARX, 2013, p.211)

⁹ Cf.: MARX, Karl. *Capital*. London: Lawrence & Wishart. V. III. 1972, p. 138.

¹⁰ Cf.: MARX, Karl. *Capital*. London: Lawrence & Wishart. V. III. 1972. (parte III do Livro V inteira).



da riqueza universal – a capacidade de trabalho e, de maneira mais precisa, *a capacidade de trabalho que vem-a-ser*. (MARX, 2011, p.293)

O dinheiro, assim, passa a não mais corresponder à concretude das mercadorias ou do trabalho, mas, isto sim, passa a ser o título por sobre a apropriação futura do trabalho alheio. Um trabalho que ainda advirá, mas que já se plasma configurado nos moldes de sua desvalorização e exploração. E aí entra o fator chave do investimento em ações. Ao investir em uma empresa de vinte ou trinta mil funcionários, você adquire um título de exploração futura por sobre os rendimentos do trabalho alheio. Você não é patrão desses funcionários que serão demitidos, explorados ou dos novos que serão contratados no processo de expansão da empresa. No entanto, o trabalho que eles realizarão já se produz gerido pela exploração já financiada através do valor da ação comprada. O título ou ação adquirida é mote abstrato de uma produção futura concreta. Você não terá a dor de cabeça de supervisionar a exploração direta, pois não será um “gerente”, nem mesmo terá que lidar com as burocracias referentes à contratação, demissão, greves, sindicatos e direcionamento de pessoal, pois não será você o diretor ou proprietário direto da empresa, mas você terá parte no lucro futuro obtido por sobre a exploração do trabalho alheio mesmo assim, pois você será, isto sim, um acionista.

O capital tende a ser concreto, há uma relação direta entre as funções técnicas do dinheiro, em seu processo de circulação, como capital produtivo. Correspondendo à concretude do real, em dado momento ele passa a tornar-se capital particular, através da transfiguração de sua função autônoma (dinheiro), e é aí que surge o capital financeiro que, se estruturando na forma de bancos, mercado de ações e demais instituições financeiras, permite o amplo desenvolvimento do sistema de crédito. Na circulação, Marx nos ensina que o capital nunca é simplesmente capital, mas mercadoria ou dinheiro.¹¹ Mas no crédito é diferente. Ao se emprestar, ensina Marx, você cede valor como capital e não como mercadoria. Ao ceder seu dinheiro a terceiros para o próprio ser valorizado, a intensão é que seu dinheiro se valorize (o juro, moratória etc.), e assim devém de volta capital: valor que tende a se autovalorizar. Mas esse valor que valoriza o dinheiro, que propõe a sua autovalorização, de onde vem? Maria de Lourdes Mollo explica que:

Se o dinheiro é empregado na produção e as mercadorias produzidas são vendidas, o crédito é pago e o capital se reproduz em maior escala e ritmo, permitindo que, da mais-valia aumentada,

¹¹ Cf.: MARX, Karl. *O Capital*. Editora Civilização Brasileira. Livro III. V. V. Rio de Janeiro. 1974. P. 397.

saíam os lucros de empréstimo e os juros do capital emprestado. Diz Marx, porém, que com o capital fictício as coisas são diferentes: primeiro, se transforma o dinheiro embolsado em juros e quando se tem os juros se acha em seguida (por cálculo de capitalização) o capital que se produziu. (MOLLO, 2011, p.452)

Ou seja, o capital, sob tais circunstâncias, não corresponde à concretude do real, seja como mercadoria, seja como trabalho. Desse modo, a renda regular, que é fruto de trabalho direto ou da venda de mercadoria, passa a ser capitalizada a partir da taxa de juros, e a soma obtida, taxa de juros por sobre o capital mais o próprio capital, passa a ser considerado como um novo capital, mesmo que esse não se converta novamente em meios de produção ou em mão de obra, força de trabalho, etc., não gerando, portanto, um novo valor. É exatamente esse capital que Marx chamara de capital fictício, pois ele agrega valor, mas um valor fictício, um valor que não corresponde a nada na realidade do próprio capital. Marx explica de maneira simples que:

Seja de 5% o juro médio anual. Nessas condições, soma de 500 libras renderia anualmente, se transformada em capital produtor de juros, 25 libras esterlinas. Assim, considera-se toda a receita fixa anual de 25 libras esterlinas juro de um capital de 500 libras. Todavia, essa ideia é puramente ilusória, executando o caso em que a fonte das 25 libras seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível. (MARX, 1974, p.535)

Esse capital não passa pelo processo de exploração, portanto, não deveria gerar novo valor ou valor maior, por isso se configura como fictício. Enquanto capital, tende a se autovalorizar, mas sem os mecanismos concretos que propiciam isso, mas, mesmo assim, se autovaloriza, é como se, pela primeira vez, a proposição de Lucrécio, que nos elucida que “Do nada nada vem” ou “Do nada não se pode criar nada.”,¹² fosse contrariada e, assim, como se algo estivesse a advir do nada, um valor sem base valorativa alguma, mas que mesmo assim se configura como valor.

A existência desse capital fictício se deve, primeiramente, à dívida pública. Segundo Marx, a soma que se empresta ao Estado não é emprestada no intento de ser despendida como capital, a ser, digamos assim, investida, no entanto, somente na forma de investimento é que tal soma adquiriria um valor suscetível, capaz de se conservar em si mesmo e se ampliar.¹³

Mas esse capital fictício não vem, evidentemente, absolutamente do nada. Ele representa a autonomização da circulação. A temática da circulação, que envolve um todo complexo

¹² A frase original é: “Nil posse creari de nihilo.” LUCRÉCIO. *De rerum natura*. Livro I. Verso 156-7.

¹³ Cf.: MARX, Karl. *Capital*. London: Lawrence & Wishart. V. III. 1972, 1972. P. 465.



(mercadoria, dinheiro, trabalhador etc.), é abordada diversas vezes por Marx, e de forma cada vez mais densa no decorrer da evolução dos seus ensaios de crítica da economia política. Acontece que a circulação, que deveria representar um momento do ciclo da mercadoria e do dinheiro até agregar valor e ampliar o capital, fazendo o mesmo cumprir sua tendência interna básica, passa, isto sim, a crescer ao ponto de tornar-se, por si só, uma agregadora de valor ao capital. O capital fictício é uma categoria da autonomia da circulação. É um valor que surge, aumenta e diminui conforme os princípios de oferta e demanda, isentando-se assim de qualquer relação direta com a mercadoria propriamente dita ou com o trabalho, ou com os valores-trabalho que geram valor ao serem gerados como valor-trabalho. É disso que vivem, por exemplo, os especuladores da bolsa de valores que citamos anteriormente.

E o mercado de ações, na verdade, funciona exatamente assim. Marx associa, em mais de um momento, o capital fictício às ações que passam a se transformar em mercadorias quando, na verdade, elas já eram a representação abstrata de mercadorias; elas transformam-se em mercadorias em que “(...) o valor de mercado se determina diversamente do valor nominal, sem que se altere o valor (embora se modifique a valorização do capital efetivo).” (MARX, 1972, p.467) E a partir disso a crise ou possibilidade de crise se amplia. Pois esse capital fictício e seus frutos (valor fictício) servem como fiador, como margem de garantia para financiamentos ou empréstimos sob nova taxa de juros, portanto, novamente, a produção de outro capital fictício, mas, dessa vez, o capital fictício sendo produzido por outro capital fictício, uma espécie de dívida que deriva de dívida e gera mais dívida. Uma ausência: eis o que uma dívida é. Um lugar não preenchido, um nada a vir a ser (quando efetuado o pagamento). No entanto, vem a ser algo, a saber, mais capital ou novo capital. Porém fictício. Por exemplo: você adquire um empréstimo no banco (este já contando com o retorno como capital fictício, a saber, o juro acima explanado) e investe num outro tipo de mercado (o mercado da circulação) que gerará novo capital fictício, como títulos da dívida pública, ações, fundos de empréstimos etc. Mas o que você ofereceu ao banco como garantia foi o que, outrora, você havia adquirido na forma de capital fictício. Antigos títulos da dívida pública ou ações ou, até mesmo, dinheiro adquirido através da venda de ações. Desse modo, um valor fictício, um valor que não corresponde efetivamente no presente momento a nada de concreto na realidade, será o fiador de um outro valor fictício (o crédito bancário) o qual gerará um novo valor fictício (o



dinheiro que você poderá receber como fruto de sua aposta especulativa). Eis a lógica do capital fictício, motor de crises ininterruptas, algo que produz valor sem produzir nada. É como, digo novamente, se algo adviesse do nada. Não tem concretude com nada, mas representa o valor de algo; parece não advir de nenhum valor real, porém, adquire valor na realidade.

Para ser mais didático, darei um exemplo mais atual e local. No Brasil, a parte da população que paga mais impostos é a população que costumamos designar como classe média. Aqueles membros da sociedade brasileira que em geral, num conceito vulgar, se compreendem como estando entre os pobres e os ricos que, frente aos realmente ricos parecem pobres mas, frente ao gigantesco número de pobres e muitos miseráveis, aparentam ser ricos. Por que são eles, os membros da classe média, os que pagam mais impostos? Porque o funcionamento da carga tributária brasileira concentra-se fundamentalmente sobre produtos e serviços, e não sobre a renda.¹⁴ Assim, o pobre, por consumir pouco e contratar somente um mínimo de serviços, tende a pagar menos imposto que o assim chamado classe média, que tem uma forma de poder chamada poder de compra ou consumo. E o rico? Bem, aqueles que detém fortunas, digamos, algo na casa dos milhões (e/ou bilhões), gozam do fato de, em termos de proporção, o seu imposto sobre o consumo e serviço ser algo irrisório frente a sua renda, e, como no Brasil o imposto sobre a renda é um dos menos elevados do mundo¹⁵ e, também, devido ao fato de o Brasil ser um dos únicos países do G20 que não cobram imposto sobre grandes fortunas, tudo isso, ia dizer, faz com que o rico, proporcionalmente, pague menos impostos que o pobre ou o classe média. E assim, com o seu excedente de capital (aquilo que o rico detém para além do que precisa para garantir seu conforto), serve de investimento para a obtenção de mais capital. O rico, desse modo, pega seu excedente de, digamos, cinco milhões e investe no tesouro direto, aquele que falamos no início do presente escrito. O tesouro direto pagando, digamos, uma taxa de juros de 5,5% ao ano, renderá ao cidadão rico, em um ano, duzentos e setenta e cinco mil de valor agregado, transformando os cinco milhões de outrora em cinco milhões duzentos e setenta e cinco mil. Esse valor final pode render um outro valor, mesmo ele não tendo correspondido ao trabalho ou mercadoria de ninguém no interim

¹⁴ Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54006822#:~:text=Quem%20mais%20paga%20%C3%A9%20a,aquele%20que%20tem%20carteira%20assinada>.

¹⁵ Cf.: <https://www.fecomercio-am.org.br/noticias/a-verdade-sobre-quem-paga-mais-impostos-no-brasil-o-rico-ou-o-pobre>



prático do processo, se reinvestido em capital especulativo, como bolsa de valores etc. Isso é um motor de crises, pois é um valor inserido na realidade, sem que não haja nada na realidade que corresponda a esse valor. É como se sua fortuna fosse superior, digamos, à totalidade dos bens e serviços existentes no planeta em que vivemos. Isso simplesmente não deveria poder ocorrer, pois não deveria ser possível que alguém detivesse um valor superior à totalidade das coisas que designam o valor e o produzem. E assim cria-se uma máquina de enriquecer homens já muito ricos, através do capital fictício.

Nos anos 2000 nós vimos chegar a vez das hipotecas imobiliárias, como novo motor de capital fictício *ad potentia*. Estas já existiam, claro, mas seu *boom* se iniciou no início da década de 2000, com os programas de progressão econômica de G. W. Bush nos EUA. E o resultado foi a bolha gerada e a crise de 2008. O crédito, como vimos, é a fonte primária disso tudo. No entanto, no capitalismo, é impossível fomentar a economia e grandes empreendimentos sem crédito, qualquer economista progressista ou político que se diga progressista força-se a ser um entusiasta do crédito. O conceito de progresso, tão caro ao capitalismo e que Marx e Engels denunciam como roupagem discursiva do capitalismo logo no início do *Manifesto do Partido Comunista*, tem na sua raiz a noção de crédito.

Sem o crédito não há aceleração de crescimento. Uma empresa que começa do zero e sem absolutamente nenhum capital (inicial) além da mão de obra de um homem e sua família, demorará décadas até conseguir gerar empregos, renda, tributos, enfim, gerar capital, produzir valor que se valoriza. Esse era o mote da condição material da ideologia antiga e medieval do determinismo, que incitava ao pensamento de que, por mais que se trabalhe, quem nasce pobre tende a morrer pobre. O crédito, nesses períodos, não era uma concessão popular e/ou acessível. Já posteriormente, com o advento do crédito nos mercados, seja esse na forma de carta de crédito, financiamento, empréstimo etc., há um mobile de aceleração e crescimento. Isso, até atingir patamares de autonomização da circulação, é um salto simples. Marx explica que:

O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos. E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital (...). (MARX, 2013, p.703)

3 A cortina de fumaça do capital fictício: do nada, de fato, nada vem

O homem que, como explicamos, abre sua empresa aos investimentos externos, tornando-a uma empresa de capital aberto, pensa exatamente no dinheiro que irá obter (na forma de venda de ações) para ampliar sua produção, serviços, distribuição etc., e, assim, ampliar seu patrimônio e lucro. A venda de ação aqui é a forma de a empresa gerar crédito para si sem recorrer ao crédito bancário, como já explicamos. Mas é aqui que o capital fictício mostra sua ficção, é aqui que se constata que do nada, de fato, nada vem, apesar de através do capital fictício, parecer que do nada algo pode advir.

Essa autonomia da circulação em relação à produção, que parece ser a definição fundamental do capital fictício, não passa de uma cortina de fumaça. Anteriormente, aludimos que com a compra, por exemplo, de uma ação, o comprador havia adquirido trabalho futuro, havia se apossado da essência do trabalhador, havia garantido o recebimento do fruto do suor do trabalho alheio antes mesmo de tal trabalho se concretizar, condenando o trabalhador à geração de lucro exploratório para terceiros, os quais o trabalhador provavelmente jamais nem mesmo os conheceria em algum momento de sua vida. Pois bem, os limites de tal capital especulativo residem exatamente naquilo que sustenta a compra de ativos. Quando os lucros e salários provenientes da produção param de crescer (ou seja, quando a produção passa a estagnar, diminuir ou se deformar), as ações e títulos param de se valorizar. Passam, inclusive, a se desvalorizar, mostrando todo o seu caráter fictício e demonstrando como são codependentes da atividade do trabalhador e da produção como um todo.

Uma empresa que não vende seu produto/serviço em escala suficiente para gerar lucros elevados para seus investidores, tem, necessariamente, seus ativos desvalorizados (a não ser em casos de fraude), e tais ativos se mostram, assim, como reféns da produção, onde a circulação apenas se emancipa da produção para depois retornar a ela na possibilidade de sua valoração futura. Somente quem lucra com isso é o especulador, não o capitalista e, menos ainda, o acionista.

E o especulador, outro móbil de crises, também fica codependente do mercado em sua concretude, pois é necessária ampla atenção ao andamento da situação de um determinado nicho de ações e o que elas representam para se poder apostar na valorização ou desvalorização semanal de um determinado ativo. Até mesmo o tesouro direto codepende disso: lembremos do exemplo

do rico que demos anteriormente, que pode usar seu capital excedente para ampliá-lo na forma de investimento no tesouro direto. Este, ao fazê-lo e ampliar seu capital, recebeu tal ampliação de onde? Simples: dos impostos do contribuinte. O valor agregado aqui, novamente, codependeu da produção, do salário de um trabalhador que, na qualidade de cidadão, pagou seus impostos e esses, através do tesouro direto/dívida pública, foram convertidos em dividendos para o rico que investiu seu capital excedente no tesouro direto.

Logo, fica evidente que o caráter do capital fictício é de natureza concreta, por ser codependente da produção, apesar de parecer tentar emancipar-se da mesma o tempo todo, na forma de emancipação da circulação. Essa tentativa, como já aludimos, é móbile constante de crises, algo próprio da natureza do capitalismo e suas contradições que, no interior do mesmo, assumem a forma de seu sustentáculo. A crise aqui se dá, apesar do caráter fictício cair por terra no fim da relação frente à produção, pelo fato de o capital fictício ser, também, fator de tentativa de centralização do capital. Aliás, esta é, segundo Marx, a tendência fundamental do capitalismo: o capital se centralizar nas mãos de poucos. Quando isso ocorre, a correspondência do capital passa a não mais ser em relação à circulação, pois passa a haver um excesso de mão de obra ociosa e mercadorias supérfluas no mercado, e o capital que poderia corresponder a tal mão de obra e tais mercadoras está ociosamente concentrado nas mãos de apenas um punhado de homens.

A tendência à centralização assume formato vertical com o mercado de ações e demais formas de capital especulativo, já que uma sociedade por ações nada mais é do que a tentativa de fazer com que poucos (os acionistas) lucrem ou obtenham o capital produzido pelas mãos de muitos (os trabalhadores). Essa centralização do capital é o grande mobile da crise, já que não somente tende à produção de mais capital fictício, fazendo com que a circulação tenda a emancipar-se de vez da produção como, também, pelo fato de que promove o acúmulo do capital proporcional à vida de muitos nas mãos de poucos. E essa centralização, constata Marx, é a tendência mais fundamental do capitalismo.¹⁶ Logo, se a centralização é mobile de crises e o capitalismo tem como característica fundamental a tendência à centralização, pode-se concluir que o próprio capitalismo é sinônimo de crise, de modo que o mesmo e as crises são uma coisa só.

¹⁶ Cf.: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Editora Boi e Tempo. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. 2013. P. 702.

E a nuvem de fumaça do capital fictício, que nos atordoa em meio aos *boom's* das crises, assume o papel de corretor/*trader* de crises e mediador da centralização do capital. Aliás, essa constatação de Marx é hoje mais atual que nunca. Em *O capital no século XXI*, Tomás Piketty defende a tese de que numa economia em que a taxa de rendimento sobre o capital é maior que a taxa de crescimento econômico (que é o nosso caso), a riqueza herdada cresce com maior velocidade que a riqueza produzida;¹⁷ ou seja, o capital passa a acumular-se nas mãos de poucos com maior velocidade e intensidade do que passa a distribuir-se. Ou melhor, há pouquíssima distribuição frente ao de excesso centralização. No interim do desenvolvimento de tal tese, Piketty demonstra que o capital, desde o século XVII, tem acumulado-se mais do que distribuído-se, constatando, indiretamente, a tese marxiana acerca da centralização do capital (ou da riqueza) como tendência fundamental do capitalismo. O último Fórum econômico Mundial, ocorrido em Davos, mostrou que 60% da riqueza total produzida no mundo pertence a dois mil cento e cinquenta e três pessoas, os bilionários. O planeta possui mais de quatro bilhões de habitantes. A conclusão óbvia aqui dispensaria a exposição detalhada do árduo e meritório caminho trilhado por Piketty e, de antemão, já nos atestaria a precisão e acerto da tese marxiana acerca da centralização e crises.

REFERÊNCIAS.

CHESNAIS, F. (Ed.). *La mondialisation financière – gèneses, coûts et enjeux*. Paris: Syros, 1996.

EPSTEIN, G. A. (Ed.). *Financialization and the world economy*. Cheltenham, UK: Northampton; MA, USA: Edward Elgar, 2005.

FOLEY, D. Marx's theory of money in historical perspective. In: MOSELEY, F. (Ed). *Marx's theory of money – Modern appraisals*. Houndmills, Basingstoke: Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2005.

GRAHAM, Benjamin. *O investidor inteligente*. Editora Herper Collins. Trad. de Lourdes Sette. Rio de Janeiro. 2019.

¹⁷ PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca. Trad. de Monica Baumgarten Bolle. Rio de Janeiro. 2014. P. 555.

HAGSTROM, Robert. O jeito Warren Buffett de investir. Editora Bendirá. Trad. de Maria Silva Mourão. São Paulo. 2019.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo. 1995.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. Editora Acadêmica. Trad. de Silvio Chagas. São Paulo. 1987.

_____. *Grundrisse*. Editora Boi e Tempo. Trad. de Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro. 2011.

_____. *O Capital*. Livro I. Editora Boi e Tempo. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo. 2013.

_____. *Sobre a questão judaica*. Editora Boi e Tempo. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo. 2010.

_____. *Capital*. London: Lawrence & Wishart. V. III. 1972.

_____. *O Capital*. Editora Civilização Brasileira. Livro III. V. V. Rio de Janeiro. 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora Martin Claret. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo. 2013.

MOLLO, M. L. R. Moeda e taxa de juros em Keynes e Marx: observações sobre a preferência pela liquidez. Estudos Econômicos, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 18, n. 1, 1988a.

_____. Instabilidade do capitalismo, incerteza e papel das autoridades monetárias: uma leitura de Minsky. Revista de Economia Política, v. 8, n. 1, jan./mar. 1988b.

_____. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. Presente em: *Economia e sociedade*. Campinas, V. 20, n. 3(43). Dez. 2011.

NELSON, A. Fictitious capital and real compacts. Radical Notes, 15 Oct. 2008.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca. Trad. de Monica Baumgarten Bolle. Rio de Janeiro. 2014.



ZERBATO, M. L'instabilité financière, forme de la crise du capitalisme financiarisé. In: HUSSON; JOHSUA; TOUSSAINT; ZERBATO. *Crises structurelles et financières du capitalisme au 20e. Siècle*. Paris: Sillepse, 2001.